

PMSO da Eletrobras debita ao P as mazelas do O

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) esteve reunido no último dia 16 com os representantes do Sistema Eletrobras, que apresentaram o Plano de Otimização das despesas com PMSO.

Como todo mundo já sabe, o P é de pessoal, o M de material, o S de serviços e o O de outras despesas e a nossa repetição serve não somente para justificar o título, mas também para evidenciar os perigos ocultos por uma política que privilegia a redução de pessoal através dos programas de demissão voluntária, sem levar em conta a perda da reserva técnica para o sistema e suas conseqüências a curto, médio e longo prazo.

O CNE contra-argumentou com a sugestão de que se ataque a gestão e não o pessoal, acabando-se com os feudos políticos e as nomeações de apadrinhados que causam danos irreparáveis à auto-estima de trabalhadores dedicados e competentes num primeiro momento e acabam por atingir a eficiência do sistema como um todo. Para o coletivo não há dúvidas que a gestão das empresas deve ser exercida por funcionários do quadro próprio e não por pessoas indicadas, que estão somente de passagem nestes cargos e não tem compromisso com o futuro do Sistema Eletrobras.

O CNE deixou claro, ainda, que não aceita qualquer tentativa de redução de benefícios como justificativa para diminuir custos, sugerindo que o quadro técnico seja consultado

para oferecer alternativas que certamente serão mais efetivas e produtivas no quadro geral, até mais do que qualquer consultoria.

Para o CNE é hora de pensar grande e apostar no diálogo com todos os setores da empresa em busca de soluções que privilegiem a qualidade técnica e a produtividade em vez da acomodação burocrática de redução de pessoal que coloca em risco a reserva técnica do sistema.

Com relação à discussão sobre a MP 579 gostaríamos de esclarecer que o CNE é a favor da redução da tarifa de energia, todavia discordamos do fato da MP colocar em risco o futuro das empresas, nossa defesa sempre foi pela renovação das concessões e por mais investimentos para fortalecer o setor elétrico, em especial o Sistema Eletrobras pela sua importância estratégica para o país. O CNE entende também que a proposta do Governo em conceder uma redução de tarifa maior para as empresas e não para o consumidor doméstico foi um grande erro, que precisa ser revisto, até porque o empresário já compra uma energia mais barata no mercado.

Por fim, lamentamos que o Governo Dilma prefira ignorar a possibilidade de apostar na redução de encargos estaduais, que encarecem a conta de energia para o consumidor. Para o Governo é mais cômodo não enfrentar o desgaste político com os governos estaduais, e assim penalizar as empresas e por conseqüência os seus trabalhadores.

Esperamos que não esteja no projeto do Governo Dilma o enfraquecimento das empresas hoje, para poder privatizá-las amanhã.